

TUXAUA

SECRETARIA DE FORMAÇÃO

12 de maio de 2017|Número 049

BOLETIM informativo



FETEC **CUT**
Centro Norte

Para caçar Lula, Judiciário destruiu o que havia de Constituição e Estado de Direito

Roberto Tardelli*

Muitos de nós acreditávamos que houvesse efetivamente uma Constituição. Antes dela, houve outras, nenhuma delas nascida para ficar, mas para cumprir uma espécie de mandato-tampão, de duração indeterminada, mas, desejadamente a mais curta possível. Nos cursos de graduação em Direito, era uma matéria de segunda classe, que começava como *Teoria Geral do Estado* e terminava como Direito Constitucional, um ou dois semestres, no máximo. Suas correlatas Direito Civil, Direito Penal, Processo penal e a princesa dos currículos, Processo Civil, eram muito mais atraentes e significativas. Havia umas coisas exóticas para tapar buraco, mas nunca se viu um Direito Constitucional IV, por exemplo. Os professores eram bons oradores, mas, pouquíssimos abordavam a Constituição como ente jurídico. Era um elfo. Ninguém precisava ser jurista para lecionar Direito Constitucional, bastando que fosse um liberal clássico, até porque no regime militar não havia essa preocupação.

A inflação galopou, a economia ruiu e os militares passaram o bastão, alguns de bico torcido, bem torcido para esse exotismo democrático. Nosso regime militar brincava de eleições, tinha até prefeito, vereador, salvo das cidades consideradas de segurança nacional. Nunca soube a razão, mas estenderam a impossibilidade de eleições para cidades estâncias hidrominerais e foi assim que soubemos que Araxá (MG), por exemplo, era tão vital à segurança nacional, que seu valente prefeito haveria de vir nomeado, sem os riscos do povoão eleger alguém indesejável.

A chegada dos ares democráticos, consolidada, até onde víamos, pela Constituição de 1988, deu-nos a primeira crise de adolescência, uma vez que tínhamos certo que essa uma era diferente e veio pra ficar. Do direito escandinavo, importamos a figura do *ombudsman*, o Defensor do Povo. Na falta de um Defensor do Povo experimentado, demos essa posição ao Ministério Público e criamos um Ministério Público único no mundo, com tantas atribuições, que ele próprio demoraria anos para perceber, fosse no meio ambiente, infância e juventude, consumidor, probidade administrativa, controle externo policial, crime, enfim, onde se fosse, havia a possibilidade de se ir como promotor daquilo mesmo, fosse aquilo mesmo qualquer coisa além daquilo, enfim. Criamos um ser meio híbrido (meio híbrido é fantástico, mas tem sentido), chamado Superior Tribunal de Justiça e tornamos o Supremo o mais Supremo entre os Supremos do planeta, dando-lhe competência originária para julgar uma rempa enorme de gentes, interessadas nas prescrições sempre amigas. Em 1988, não tínhamos computador, recorte-cole, nada; tudo se fazia em fichinhas e, quando muito, em máquinas elétricas, que produziam um barulho infernal.

Uma coisa escapou aos liberais clássicos que fizeram a Constituição, talvez porque lhes parecesse impensável, impossível, ocorrer no Brasil, o país mais estamentado do mundo, que alguém, saído das classes populares (sempre lembrando que o PT não assinou a Constituição, verifiquem e vejam), pudesse ser alçado à Presidência da República, local destinado aos nobres bacharéis de fina flor de estampa genética.

A possibilidade de esse evento infeliz se repetir causou um abalo sísmico e fez com que as Instituições, secularmente comandadas pela nobreza, se tornassem reativas e se dessem conta de que a única forma de dar uma lição nesse povaréu era demonstrar que tudo o que o líder popular fez, estava errado, corrompido ou não funcionaria. Suas duas eleições e mais duas de sua sucessora levaram uma espécie de demência raivosa a esses quadros persecutórios, que passaram a chamar para si a responsabilidade, meio cívica, meio restauradora dos dotes monárquicos longinquamente ameaçados, de quebrar definitivamente a corrente mais popular de acesso ao Poder. Dessa forma, o MP, de defensor do povo, passou a ser acusador de um ex-presidente e, à moda americana, que devastou um país inteiro, Afeganistão, para matar um único homem, Osama Bin Laden, aceitou-se destruir a economia e suas mais sólidas empresas, para abater um único pássaro: Lula. A primeira vítima dessa caça foi a legalidade, porque ao transformarmos Lula em inimigo absoluto, não se pode pretender o convívio entre uma guerra e a preservação de direitos dos inimigos.

Velhos medos, os medos de sempre, o medo do comunismo, de perder carro financiado, de nunca mais poder ir pra Miami, de não mais ter empregada doméstica, de perder a babá, o medo do medo sobre medo.

Medo de tudo, de andar nas ruas, medo que faz comprar carro blindado, medo que faz sonhar em vender tudo para um grupo chinês e comprar uma mansão em Orlando, medo de ver pretos e pobres tirando as boas vagas dos filhos nas universidades, medo de não ter jamais uma varanda *gourmet*, medo de ter que

Se tratar no SUS e ser atendido por negros médicos comunistas cubanos, medos postos nas salas de jantar.

Deram o combustível do ódio para uma classe média que jamais se representou, que nunca se apresentou para um projeto de país, que sempre tentou de forma individualista obter progressos pessoais, dissociados do coletivo. Era preciso colocar um final a uma história e o surgimento da praga histórica brasileira, a corrupção, deu as condições para iniciar-se uma perseguição nunca antes vista a uma única pessoa.

Apartamento e sítio de segunda classe, presentes, mimos recebidos durante a gestão presidencial, boatos, envolvimento jamais demonstrados de familiares em falcatruas, exposições absurdas na mídia, um juiz vingativo, tendencioso, midiático e soberbo, jovens procuradores fundamentalistas, tudo tem seu *gran finale*, o momento de colocar Lula no banco definitivo dos réus. O sonho mesmo seria que Juiz o prendesse, que ele saísse algemado da audiência, arrastado por policiais que haveriam de mostrar fúria e concentração às câmeras de TV.

O evisceramento nacional de Lula acontece há muito tempo e tende a continuar. Afiaram-se as adagas e as facas da intolerância para armar o Juiz, o qual em qualquer lugar civilizado do planeta estaria afastado do caso no dia mesmo que divulgou conversas – sem nada de conteúdo, mas tratadas ideologicamente pela mídia – entre o réu, Lula, e a ex-presidenta, Dilma, provocando a fúria dos furiosos. A baba de raiva escorre dos procuradores fundamentalistas que obedecem ao juiz, como pupilos dele que são.

Para o *gran finale* da audiência, o roteiro foi armado e a Constituição dilacerada. Teve juíza proibindo movimentos sociais de chegarem longe do Fórum, policiais militares armados até os dentes em número de guerra, suficiente para policiar Curitiba inteira por cinco anos, teve um juiz que também quis seguir seu mestre e ter um minutinho de fama na TV quando decidiu suspender, assim, do nada e sem ouvir ninguém, as atividades de um Instituto que leva o nome da presa. Temos a impressão de ver um grande circo, nos quais juizes e promotores são palhaços dançando para a mídia aplaudir e terem, enfim, um minutinho de atenção em suas existências tão débeis.

Após a audiência, irão varar horas, avançar pela madrugada, procurar jogar o réu, que estará respondendo uma saraivada de tiros, em contradição, procurando humilhá-lo e diminuí-lo, no ato, perante seus algozes. Tentarão tirar-lhe qualquer possibilidade de protagonismo e farão do bordão processual o *senhor não está obrigado a responder as perguntas que lhe serão formuladas, mas devo avisá-lo que esta é sua oportunidade de apresentar a defesa pessoal* em mais um momento de cinismo, porque ali não estavam para ouvi-lo, mas para sangrá-lo. Lula falou, fala e falará a lobos famintos, interessados mais em seu sangue, do que em qualquer coisa que se assemelhe a justiça tal qual sonhamos em 88.

Essa utopia de ter vivido o sonho da Constituição se esvaiu por completo quando, a fim de caçar Lula, o Judiciário promoveu uma grande marcha autoritária que só agrava a precária situação de pretos, pobres, ladrões baratos e de outros que serão ainda mais presos de baciada, para honrar os entendimentos messiânicos do Mestre Juiz Federal, voltado apenas para trucidar um brasileiro, o primeiro, depois de Zumbi, que conseguiu reinar no Brasil.

*Advogado Sócio da Banca Tardelli, Giacon e Conway. Procurador de Justiça do MPSP Aposentado.

<http://justificando.cartacapital.com.br/2017/05/10/para-cacar-lula-judiciario-destruiu-o-que-havia-de-constituicao-e-estado/>



Xadrez do segundo nascimento do mito Lula

Luis Nassif



Peça 1 – a desconstrução dos heróis midiáticos

Não há armadilha maior do que a ilusória sensação de poder que a mídia proporciona.

Como dona do palco, ela define o roteiro. Quando calha do personagem estar adequado ao roteiro, ela o alça ao Olimpo das celebridades. O que o sujeito fala, repercute. Em um primeiro momento, passa uma sensação única de onipotência. Os mais espertos, entendem o jogo. Os neófitos não se dão conta de que o espaço tem data de validade, não é coisa líquida e certa como um concurso público.

Essa falsa percepção liquidou com o PSDB. Desde a ascensão de Lula, o partido limitou-se a ser caudatário da mídia brasileira. E a mídia brasileira só consegue destruir. De repente, um partido que se orgulhava de seus intelectuais, passou a ter a cara raivosa de um José Serra, Aécio Neves, Aloysio Nunes, José Aníbal, todos vociferantes, raivosos, salivando como cães hidrófobos. E liquidando com a imagem do partido.

Quando a muleta foi recolhida, o partido acabou. Suas esperanças repousam, agora, nos inacreditáveis João Dória Jr e Huck.

Esse mesmo castelo de cartas foi erigido com a Lava Jato. Hoje houve a hora da verdade. E o castelo desmontou.

Cara a cara com Lula, não havia mais a blindagem das edições seletivas. Não havia mais a liberdade para construir teses abstratas, suposições alinhavadas com ilações, sendo oferecidas para um cardápio viciado dos órgãos de imprensa.

Agora, seria ferro contra ferro.

E o que se viu foi um espetáculo constrangedor.

Do lado do juiz Sérgio Moro, pegadinhas, levantamento do que Lula disse em 2005, em 2007, meramente para fornecer leads para o Jornal Nacional – já que não havia nenhuma relação com as denúncias formuladas. Da parte dos procuradores, um apego a detalhes irrelevantes, próprio de quem não tem elementos consistentes.

O mais relevante: durante anos, a opinião pública se viu ante duas posições taxativas. De um lado, a Lava Jato garantindo ter todos os elementos para incriminar Lula. De outro, Lula sustentando que não havia um só elemento sólido.

Fizeram um pacto com o demônio.

Mefistófeles levou os procuradores e o juiz para o alto da montanha e ofereceu a eles a celebridade. Em troca, teriam que entregar a condenação de Lula. Saíram como vendedores de Bíblias do velho oeste, garantindo a condenação sem ter os elementos. E ambos ficaram presos à armadilha: a mídia perante seus espectadores; a Lava Jato perante a mídia.

O deslumbramento de Moro e dos procuradores fê-los apostar tudo em uma partida de poker. Quando abriram as cartas, não dispunham sequer de um par de 4.

E Lula dominou a cena no discurso final, no qual deu dados precisos da campanha intransigente da mídia, controlou as tentativas do juiz de cortar sua palavra e produziu uma denúncia que, nas redes sociais, espalhar-se-á pelo mundo.

Peça 2 – o segundo nascimento de Lula

Moro montou o cenário, mas o espetáculo foi de Lula.

Primeiro, pela impressionante corrente de pessoas que foram a Curitiba apoiá-lo. Depois, pelo depoimento em si. O entusiasmo, a maneira como mobilizou pessoas de todo o país, através das redes sociais, o acompanhamento de perto da mídia internacional e, ao final, um comício consagrador, tudo isso torna Lula mais que nunca o candidato para 2018.

No julgamento, a pessoa que saiu do governo consagrada internacionalmente, por seu trabalho de inclusão social e pela dimensão assumida pelo país no seu governo se apresentava, não como líder popular, nem como o estadista consagrado, mas como uma pessoa que perdeu a esposa, vítima dessa campanha implacável, que teve a casa invadida, sua intimidade estuprada por Sérgio Moro, as casas de seus filhos arrombadas e os netos sendo alvos de bullying na escola.

Nenhum de seus acusadores resistiria a dois dias de campanha de mídia. E, agora, frente a frente com eles, cobrando provas que não apareceram, documentos que nunca existiram.

Depois, no comício, apresentou-se como a pessoa que poderia salvar o país, entregue pela Lava Jato e pela mídia às mãos de um presidente corrupto e medíocre e de uma grupo de poder que jamais conseguiu chegar perto de um desenho minimamente viável de país.

Um otimista diria que o evento de hoje, somado ao fastio de parte da mídia com as arbitrariedades da Lava Jato, poderia ser o início de uma tentativa de busca de consensos mínimos, visando impedir que o país caia na barbárie completa.

Um pessimista olharia para a Globo, para a maneira como radicalizou e avançou no mar revolto da subversão institucional, e ponderaria que ainda há uma longa luta pela frente, até que o bom senso se espraia pela nação.

<http://jornalggn.com.br/noticia/xadrez-do-segundo-nascimento-do-mito-lula>



Como ficou o texto da reforma da Previdência que será votada na Câmara no fim de maio

A PEC será votada em dois turnos, previstos para 24 e 31 deste mês; se aprovada, a matéria seguirá para o Senado

Cristiane Sampaio

A comissão especial da reforma da Previdência na Câmara Federal concluiu, na noite de terça-feira (9), a fase de votação da matéria no colegiado.

Após apreciação de dez destaques (sugestões de alteração) no texto-base, os deputados mantiveram a rigidez das regras previstas no substitutivo apresentado pelo relator, Arthur Maia (PPS-BA), apesar dos intensos protestos da oposição. Apenas o destaque sobre julgamento de acidentes de trabalho foi aceito.

Uma das propostas de alteração rejeitadas, colocada pelo PSOL, propunha a realização de um referendo para consultar a população brasileira sobre a reforma, após a finalização da tramitação da matéria.

"Para confirmar uma mudança de caráter estrutural nesse nível de importância, é preciso recorrer ao princípio da soberania popular", defendeu o deputado Edmilson Rodrigues (PSOL-PA), acrescentando que a iniciativa está respaldada na Constituição Federal de 1988.

Agora, a matéria segue para apreciação no plenário da Casa. A votação acontecerá em dois turnos, que estão previstos para os dias 24 e 31 de maio. Para a aprovação final na Casa, o governo precisa contabilizar no mínimo 308 votos em cada um dos turnos diferentes para que seja aprovada e encaminhada ao Senado Federal.

Confira os principais pontos da proposta aprovada:

1) Idade e contribuição

O texto final da reforma conserva as principais mudanças propostas para o regime geral de Previdência social (RGPS), que são: idade mínima de 65 anos para homens e 62 para mulheres, com tempo mínimo de contribuição de 25 anos para requerer aposentadoria, e 40 anos de contribuição para acesso à aposentadoria integral.

A exigência do intervalo de 25 anos de contribuição foi um dos pontos mais criticados pela oposição. A bancada do PCdoB apresentou um destaque pedindo a retirada da regra, mas foi vencida pela maioria governista.

A proposta governista é imprimir ao tempo mínimo de contribuição um aumento progressivo de 15 para 25 anos, à razão de seis meses a cada ano, para atingir o limite de 25 no ano de 2037.

2) Regras de transição

A reforma fixa idades mínimas de aposentadoria de 62 anos para mulher e 65 para homem, mas essas idades serão alcançadas até 2038. Também será elevado gradualmente o tempo de contribuição mínimo de 15 para 25 anos.

Quem já está no mercado de trabalho terá que cumprir um "pedágio" de 30% sobre o período que faltar para completar os tempos de contribuição atuais, de 35 anos para o homem e de 30 para a mulher. Por exemplo: se uma mulher trabalha há 25 anos, faltaria cinco anos para ela se aposentar. Com a aprovação da reforma, ela teria de trabalhar por um ano e meio a mais, ou seja, seis anos de meio.

3) Regime especial

No que se refere à aposentadoria especial, professores, por exemplo, poderão solicitar o benefício a partir de 60 anos, com o mesmo tempo de contribuição do regime geral.

4) Aposentadoria rural

Com relação à aposentadoria rural, o colegiado rejeitou uma proposta da bancada do PSB de manter as regras atuais, que consideram as especificidades do segmento.

Com isso, os trabalhadores do campo deverão cumprir 15 anos de contribuição, devendo ainda atingir uma idade mínima de 57 anos para as mulheres e 60 para homens para dar entrada na aposentadoria.

5) Julgamento de acidente de trabalho

A mudança no texto mantém na Justiça estadual a competência para julgar ações de interesse da União que tenham relação com acidentes de trabalho. O texto do relator dava essa atribuição à Justiça federal. Com a aprovação do destaque, a regra volta a ser a mesma existente hoje no texto constitucional, prevendo que esses casos serão julgados pela Justiça estadual.

Principais mudanças previstas na REFORMA DA PREVIDÊNCIA

Idade Mínima



Aposentadoria completa



Aposentadoria Rural



Professores



Fonte: Câmara Federal

Brasil de Fato

Edição: Camila Rodrigues da Silva

<https://www.brasildefato.com.br/2017/05/10/como-ficou-o-texto-da-reforma-da-previdencia-que-sera-votada-na-camara-no-fim-de-maio/>

Reforma trabalhista é realizada no contexto de entrega dos ativos do Brasil

Entrega dos ativos tem rota traçada: caminha-se para venda do pré-sal, de terras a estrangeiros, abre-se o espaço aéreo e as fronteiras comerciais

Clemente Ganz Iúcin *

Está em curso um projeto de entrega dos principais ativos produtivos do Brasil ao capital estrangeiro. É bem verdade que os donos da riqueza financeira internacional estão satisfeitos com os ganhos que o rentismo brasileiro tem proporcionado, mas sabem que é possível muito mais e por um período maior. O máximo retorno no menor prazo é uma boa forma sintética para descrever o objetivo do capital financeiro pelo mundo, mas, com tudo o que o país tem a oferecer, um investimento mais longo aqui vale muito a pena.

O Brasil é uma das principais economias do planeta. Tem terras férteis e uma grande fronteira de expansão agrícola que fazem do país um dos maiores produtores de alimentos do mundo. Minérios e água potável abundantes, biomas que reúnem reservas naturais de valor econômico e ambiental incalculáveis. E a rota vai sendo traçada: caminha-se para entregar o pré-sal, autoriza-se a venda de terras a estrangeiros, eliminando os índios, abrem-se o espaço aéreo e as fronteiras comerciais. Já não detemos propriedade intelectual sobre a inesgotável base natural, somos, ao contrário, devedores eternos de royalties para o capital internacional. A base industrial brasileira, uma das maiores do mundo, foi sucateada e é vendida a “preço de banana”. Os serviços públicos de educação e saúde foram disponibilizados para o interesse privado. A lista é muito longa. O Brasil está barato e a riqueza financeira internacional cada vez mais ávida para achar ativos que a façam crescer. O país se entrega ao capital externo, com concessões de vantagens, crédito e segurança cambial.

Em junho de 2016, o jornal *Valor Econômico* publicou entrevista com o economista-chefe do banco Santander, Maurício Molan. Ao responder a pergunta sobre investimento estrangeiro no Brasil, cravou: “*Converso com empresas multinacionais e a pergunta mais comum é: ‘agora é hora de comprar ativos?’ Eu respondo que sim. O câmbio está em patamar favorável em termos históricos, os preços dos ativos estão baratos. É hora de comprar Brasil*”.

Exemplo dessa política de sucateamento e venda de ativos pode ser observado na entrevista que o analista da Janus Capital Group (gestora americana com quase US\$ 200 bilhões em fundos –Petrobras, Itaú Unibanco, Iochpe-Maxion, Suzano e Marfrig fazem parte da carteira de investimentos no Brasil), Janus Raghoonundon, concedeu ao mesmo *Valor Econômico*, em 11 de junho de 2016. Sobre a Petrobras, disparou: “*Realmente acredito que a companhia tem um valor intrínseco e está barata relativamente a seus ativos. Existe muito potencial para a Petrobras para um investidor de longo prazo*”. Avançando sobre as escolhas do país, soltou: “*O Brasil tem que decidir se pretende aceitar grandes quantidades de companhias estrangeiras controlando ativos-chave de infraestrutura. E, claro, essas companhias estrangeiras vão ter que ser compensadas pelo risco que vão tomar*”.

As condições complementares e essenciais são destacadas no início da entrevista de Janus. A estabilidade política de um novo governo que encaminhará as reformas – assim espera ele – é que dará estabilidade. Os potenciais investidores não querem ver as reformas rejeitadas. E quais seriam essas reformas? Nas palavras de Janus: “*Vamos monitorar a aprovação de todas, como a da previdência e dos benefícios trabalhistas*”.

No final do ano passado, uma mudança constitucional limitou o gasto público pelos próximos 20 anos, o que reduzirá, na fala do ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, o tamanho do Estado pela metade. A eficácia desse projeto depende de uma reforma que reduza o gasto previdenciário. Está em curso no Congresso Nacional, desde dezembro de 2016, proposta de Emenda Constitucional que desmonta todo o sistema de proteção social do país.

Em março de 2017, o presidente Michel Temer sancionou a lei que altera o conceito de trabalho temporário, eliminando o caráter extraordinário desse tipo de contratação, e autoriza a terceirização ampla e irrestrita. Ao mesmo tempo, são reduzidos direitos dos trabalhadores e a capacidade de reação. Com vistas a aumentar garantias e a autonomia das empresas nas relações de trabalho, agora, na pauta do Congresso Nacional, já aprovado na Câmara dos Deputados, o violento e destrutivo projeto de reforma trabalhista. A propositura apresentada pelo deputado Rogério Marinho, relator da Comissão Especial, embora mais pareça roteiro de filme de terror, infelizmente, é bem real e procura responder a interesses concretos, como o indicado pelo analista da Janus.

O projeto, que seguiu para o Senado Federal, altera mais de 100 artigos e outros 200 dispositivos da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho). Entre outros pontos, a nova versão amplia ao limite da Constituição a possibilidade

de reduzir direitos trabalhistas, por meio dos sindicatos, dos representantes no local de trabalho não integrantes da entidade sindical e, diretamente, pelo próprio trabalhador. Estabelece o fim da ultratividade nas negociações coletivas; reforça a negociação *individual* direta entre empresa e trabalhador e privilegia as negociações por empresa em detrimento das negociações com entidades sindicais. Acaba com o financiamento das entidades sindicais e institui as comissões de representação por empresas. Os trabalhadores poderão eleger os membros dessas comissões, nas quais fica proibida a participação sindical! Elas substituirão os sindicatos, terão poder de negociação e de quitação de débitos trabalhistas, que também poderão ser quitados pelo próprio trabalhador ao longo do ano. Criam-se as bases para o sindicalismo por empresa, sonho neoliberal do século XXI.

A proposta legaliza diversas práticas de precarização das condições de trabalho e de flexibilização de formas de contratação, estabelecendo a submissão real e formal dos trabalhadores aos mecanismos de redução do custo do trabalho usados pelo capital. No limite, o trabalhador ganha por hora trabalhada e ponto –trabalho intermitente, jornada parcial, teletrabalho, *home office*, terceirização etc. Saúde e segurança são reduzidas ao custo mínimo e o trabalho explorado ao máximo, com grávidas em locais insalubres, longas horas extras, jornada de trabalho estendida para 12 horas etc.

A Justiça do Trabalho, hoje gratuita, será paga e enquadrada em limites estreitos. Inúmeros instrumentos vão cercar o acesso do trabalhador a ela e limitar o ônus para as empresas. Muitas regras definidas pela Organização Internacional do Trabalho, com o projeto, serão violadas e a Constituição brasileira, rasgada. A CLT será transformada em legislação de proteção das empresas.

O objetivo geral é reduzir ao máximo toda a proteção do Estado e dos sindicatos aos trabalhadores, destruindo o marco regulatório que cria um padrão civilizatório nas relações sociais de produção. Serão dadas condições para uma redução estrutural do custo do trabalho, garantias de que não haverá pressão redistributiva e de segurança jurídica dos acordos entre empresas e indivíduos ou com os sindicatos fracos. É realmente uma proposta ousada, porque escancara uma intenção de recolocar as “coisas no devido lugar” – nossa subordinação ao interesse internacional, relações de trabalho flexíveis até atingirem padrões que se aproximem do trabalho escravo, prática que grassa aqui e em muitos países que concorrem com nosso sistema produtivo. Ao invés de um projeto que apoie a indústria nacional, expanda os resultados da produtividade no país, invente, inove, agregue valor, incremente salários, amplie o mercado interno de consumo, fortaleça o desenvolvimento urbano e rural, o projeto deste governo claramente afirma a opção pela competitividade espúria da precarização, da insegurança, da flexibilização, do arrocho, do desmantelamento da construção institucional e regulatória promovida pelos sindicatos e pelo Estado.

No histórico 28 de abril de 2017, aumentou o número daqueles que, na sociedade brasileira, afirmaram ser contrários a este projeto encaminhado pelo governo. A luta será longa e a adversidade, enorme. O desafio será, repudiando esta solução oficial, crescer, por em prática um projeto de nação capaz de colocar o país na rota do desenvolvimento. É uma nova utopia, afirmada nesse contexto histórico, que precisa se constituir em proposta e caminho real. Um projeto pelo qual a nação solidariamente trabalhará e, de maneira soberana, poderá tomar nas mãos o próprio destino.

*Sociólogo e professor universitário. Atua como diretor técnico do Dieese

<http://www.poder360.com.br/opinioao/opinioao/reforma-trabalhista-e-realizada-no-contexto-de-entrega-dos-ativos-do-brasil/>

Leia também:

DIAP produz quadros comparativos sobre as reformas do governo Temer

http://www.diap.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=27048:diap-produz-quadros-comparativos-sobre-as-reformas-do-governo-temer&catid=59:noticias&Itemid=392

Bancos abocanham metade da renda de 27% dos brasileiros mais pobres



Os juros altos no Brasil fazem com que a população mais pobre transfira mais de 50% de seus recursos para pagar empréstimos e serviços bancários.

Estudo da Serasa Experian mostra que 27% da população de baixa renda, com ganhos de até R\$ 2 mil, tem mais de **50% de seus rendimentos comprometidos com produtos financeiros**, como cartão de crédito, empréstimo consignado, empréstimo pessoal, financiamento de automóvel, financiamento imobiliário e cheque especial.

Entre os brasileiros de alta renda, que recebem acima de R\$ 10 mil, o percentual é de 13%.

Os dados foram divulgados hoje (9), no Recover Money 2017, evento que reúne, na capital paulista, economistas, especialistas, empresas do segmento financeiro e fornecedoras de serviços de recuperação. Os números levam em conta cerca de cinco milhões de consumidores que aderiram ao cadastro positivo da Serasa Experian.

“Se você pagar mais da metade do seu salário, da sua renda, apenas com produtos bancários, como você vai pagar as outras coisas? É uma situação difícil, e 27% dessas pessoas têm grande chance de não conseguir pagar isso, e entrar na lista dos inadimplentes. O ponto é tentar rapidamente regularizar, procurar uma taxa de juros mais baixa para evitar problemas futuros”, destacou Julio Guedes, diretor da Serasa Experian.

Segundo o levantamento, a maioria (69%) dos brasileiros negativados tem renda de até R\$ 2 mil. Eles estão, principalmente, em débito com o banco ou cartão de crédito (39%), seguido por financeiras (13%), empresas de serviços (12%), varejo (9%), água, energia e gás (9%), e outros (18%).

“A gente acaba tendo muitas situações em que o brasileiro tem acesso ao crédito e depois não consegue pagar, porque os juros ficam muito altos, o que torna mais difícil pagar. Houve uma redução do rendimento do brasileiro e os juros não caíram na mesma proporção”, acrescentou Guedes.

Segundo os dados, cerca de 40% dos brasileiros de baixa renda têm acesso ao cartão de crédito. A proporção é de 51% para os de alta renda.

No cheque especial, a porcentagem de acesso é de 12% para os de baixa renda e de 18% para os de alta. O cartão de crédito e o cheque especial são os dois principais produtos bancários utilizados tanto pelos clientes de baixa renda como pelos de alta. (Agência Brasil; edição Carta Campinas)

<http://cartacampinas.com.br/2017/05/bancos-abocanham-metade-da-renda-de-27-dos-brasileiros-mais-pobres/>

Medida do governo sinaliza processo de privatização do BB

Uma decisão preocupante que sinaliza o início do processo de privatização do Banco do Brasil pretendida pelo governo ilegítimo de Temer. Na sexta-feira (5), a Secretaria do Tesouro Nacional anunciou a decisão de vender as ações do banco detidas pelo Fundo Fiscal de Investimentos e Estabilização (FFIE), o Fundo Soberano. A previsão é de que a operação seja concluída no prazo de 24 meses.

Com isso, a participação da União no controle acionário do Banco do Brasil cai para 50,7% do capital votante. Ao todo, há R\$ 3,54 bilhões em ações do BB no Fundo Soberano.

Embora existam outras participações acionárias indiretas – via Fundo de Previdência, a Previ, e o Fundo de Investimentos do FGTS – a margem de controle cai de forma preocupante. Cai, também, a participação do Estado brasileiro nos lucros – imensos – do banco, que representam fonte de receitas públicas.

Segundo nota divulgada pelo governo, as operações serão executadas em um programa prolongado de vendas, sujeito a condições de mercado. O FFIE – fundo privado do qual a União é cotista única – compõe o grupo de acionistas controladores do BB, detendo 3,67% do seu capital social, correspondentes a 105.024.600 ações.

O que é fundo soberano

O Fundo Soberano foi formado no final de 2008 com a "sobra" do chamado superávit primário existente naquele momento, equivalentes a 0,5% do Produto Interno Bruto (PIB), ou seja, com os recursos que ficariam acima do objetivo fiscal fixado para aquele ano. Foram gastos, pelo governo, R\$ 14,2 bilhões para formar o Fundo Soberano.

Entre os argumentos para a criação do Fundo Soberano estavam a proteção da economia brasileira contra a crises, a formação de uma poupança pública e a promoção de investimentos em ativos no Brasil e no exterior.



<http://www.bancariosdf.com.br/site/index.php/outros-assuntos-2015/medida-do-governo-sinaliza-processo-de-privatizacao-do-bb>

Leia ainda:

Em um ano, Banco do Brasil corta 10 mil vagas e fecha 551 agências

<http://www.redebrasilatual.com.br/economia/2017/05/em-um-ano-bb-corta-10-mil-vagas-e-fecha-551-agencias>

Golpe completa um ano: veja o que você perdeu



Nesta sexta-feira 12, o golpe parlamentar de 2016, uma conspiração de políticos corruptos contra uma presidente honesta, liderada por Eduardo Cunha, condenado a 15 anos de prisão, e Aécio Neves, recordista de inquéritos na Lava Jato, completa um ano; desde então, o Brasil viveu o maior retrocesso econômico, social e institucional de sua história; primeiro, roubaram o seu voto; depois, tomaram o seu emprego, com a depressão econômica de Michel Temer, delatado por ter presidido uma reunião onde se definiu uma propina de US\$ 40 milhões para o PMDB; em seguida, criaram a falácia de que o mercado de trabalho só iria se recuperar com o fim dos seus direitos trabalhistas; em breve, será reforçado o argumento de que a economia brasileira não sairá do buraco se não tomarem também a sua aposentadoria; se isso não bastasse, lá se foram o Minha Casa, Minha Vida, a Farmácia Popular e vários programas sociais; além disso, o Brasil perdeu o respeito internacional, se tornou um pária entre os vizinhos e até mesmo o orgulho de ser brasileiro atingiu seu ponto mais baixo; valeu a pena?

Há exatamente um ano, no dia 12 de maio de 2016, a presidente Dilma Rousseff foi comunicada pelo Senado Federal de que seria temporariamente afastada da presidência da República. Consumava-se ali o momento mais vergonhoso da história do Brasil: o golpe de políticos corruptos contra uma presidente reconhecidamente honesta.

A conspiração, liderada pelo senador Aécio Neves (PSDB-MG), hoje o recordista em inquéritos na Lava Jato, havia avançado na Câmara, "na assembleia de bandidos presidida por um bandido", como definiu o escritor Miguel Sousa Tavares, ao se referir a Eduardo Cunha, hoje condenado a 15 anos de prisão, e atingia seu ponto decisivo no Senado Federal.

Um dia depois, numa sexta-feira 13, Michel Temer, definido por Antônio Carlos Magalhães como "mordomo de filme de terror", hoje delatado por presidir a reunião em que a Odebrecht acertou uma megapropina de US\$ 40 milhões para o PMDB, tomaria posse, nomeando o ministério mais anacrônico da história do Brasil – do qual vários personagens notórios, como Geddel Vieira Lima, Romero Jucá e Henrique Eduardo Alves, já caíram por corrupção, e outros tantos, como Eliseu Padilha, Moreira Franco e Aloysio Nunes, estão pendurados.

Desde então, o Brasil viveu o maior retrocesso econômico, social e institucional de sua história.

Primeiro, roubaram o seu voto e o de todos os brasileiros que foram às ruas em 2014 – e não apenas o dos 54 milhões de brasileiros que votaram em Dilma Rousseff. Afinal, que segurança o eleitor terá em 2018, 2022 ou 2026, se o Brasil ainda tiver eleições? O golpe mandrake de 2016 deixou claro que a elite brasileira não tem nenhum apreço por valores democráticos.

No entanto, os cidadãos brasileiros não foram roubados apenas no voto, que é o mais elementar dos direitos democráticos. Eles também perderam o seu emprego, sua renda e seu sustento, com a depressão econômica de Michel Temer e com a política do "quanto pior, melhor", colocada em marcha pela dupla Cunha-Aécio, para criar as condições para o golpe. O Brasil, que conhecera o pleno emprego no fim do primeiro governo Dilma, saltou de 7

milhões para 14 milhões de desempregados no maior processo de autodestruição a que uma nação já foi submetida pela sua própria elite.

Em seguida, depois do estrago, criaram a falácia de que o mercado de trabalho só iria se recuperar com o fim dos seus direitos trabalhistas, medida já aprovada na Câmara dos Deputados e em tramitação no Senado. Em breve, será reforçado o argumento de que a economia brasileira não sairá do buraco se não tomarem também a sua aposentadoria.

Se isso não bastasse, lá se foram o Minha Casa, Minha Vida, a Farmácia Popular e vários programas sociais. Além disso, o Brasil perdeu o respeito internacional, se tornou um pária entre os vizinhos e até mesmo o orgulho de ser brasileiro atingiu seu ponto mais baixo.

Michel Temer, que está no Palácio do Planalto, é reprovado por 92% dos brasileiros, segundo a Vox Populi. No Datafolha, 85% querem sua saída e exigem diretas-já.

Agora responda, valeu a pena?

<http://www.brasil247.com/pt/247/poder/295080/Golpe-completa-um-ano-veja-o-que-voc%C3%AA-perdeu.htm>

12/05/17 – UM GOLPE POR DIA, 365 DIREITOS PERDIDOS

Esta publicação traz a síntese desse triste ano. Uma cronologia, com 365 fatos e medidas que implicaram na perda de direitos dos brasileiros, é o caminho que optamos por percorrer. O último ano no Brasil foi marcado pelo verbo perder.

O último ano no Brasil foi marcado pelo verbo perder. Perdemos a estabilidade garantida pela democracia. Os brasileiros se viram paralisados diante de uma avalanche de perdas de direitos. As possibilidades de diálogos da sociedade com o poder Executivo e com o Congresso foram perdidas e desde o dia 12 de maio de 2016, quando se instalou um governo que não foi eleito pelo voto, se inaugurou um período de perda de certezas e garantias.

O clima de instabilidade política, econômica e social, com profundos retrocessos na condução de políticas públicas e nos direitos constitucionais assegurados, levou a sociedade a uma posição de alerta. Assim surgiu a plataforma Alerta Social – Qual direito você perdeu hoje? que tem realizado um trabalho sistemático de registro das perdas e ameaças de direitos. Infelizmente, o acervo acumulado é bastante volumoso e consistente, o que denota o profundo grau de mudanças. Esta publicação traz a síntese desse triste ano. Uma cronologia dos últimos 12 meses com 365 fatos e medidas que implicaram na perda de direitos dos brasileiros é o caminho que optamos por percorrer. A cada mês foi destacado uma política pública e como ela está sendo desmontada. Esse caminho dá a noção de como um projeto sem voto, de desenvolvimento excludente, com visão de Estado mínimo, com práticas autoritárias, de salvaguarda aos interesses do capital nacional e internacional se instala e ganha vigor no Brasil.

Acesse a publicação no link:

UM GOLPE POR DIA

http://alertasocial.com.br/wp-content/uploads/2017/05/UM-GOLPE-POR-DIA_365-DIREITOS-PERDIDOS.pdf



Acontecendo



CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES

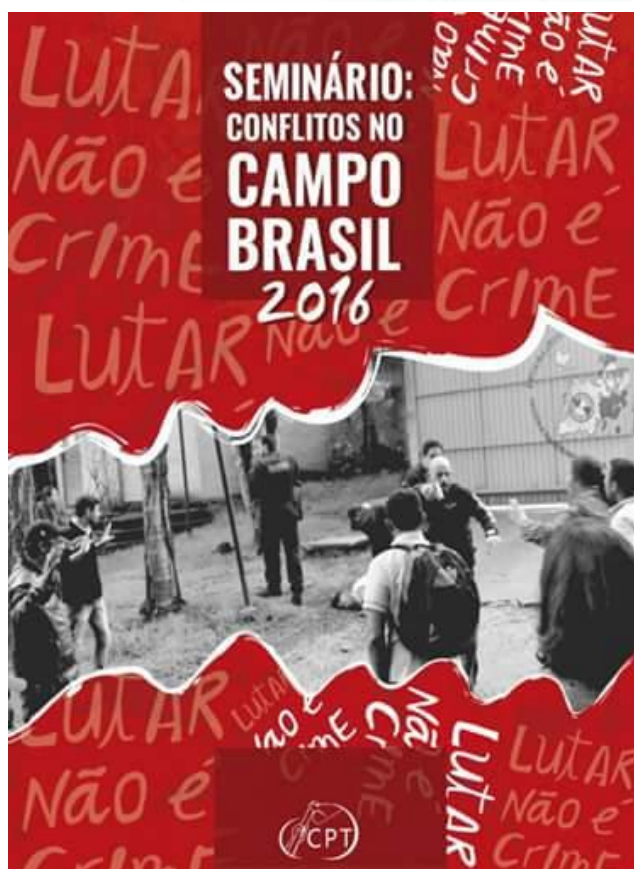
Agenda

15 a 19 de maio

Atividades permanentes em Brasília, com trabalhadores da cidade e do campo, movimentos sociais e estudantis

17/05, às 10h: Vigília, no Anexo 2 da Câmara dos Deputado.

Representantes da classe trabalhadora estarão no Congresso Nacional para pressionar os parlamentares contra as Reformas Previdenciária e Trabalhista.



DIA 24 DE MAIO DE 2017

LOCAL: CENTRO CULTURAL - UFMT

CUIABÁ-MT

Programação:

Tarde:	Noite:
14:00 - Lançamento do Caderno de Conflitos 2016	19:15 - Resgate dos temas debatidos na parte da tarde
Facilitador: Cristiano Cabral - CPT	Facilitador: Cristiano - CPT
14:40 - Trabalho Escravo e Super Exploração:	20:00 - Terra e Território:
Relato de vivência e violência de trabalhador resgatado	Acampados: Relato de vivência e violência de acampados
Facilitador: Inácio Werner - FDHT	Facilitador: Vanderly - MST
15:20 - Intervalo	20:40 - Terra e Território:
15:40 - Agronegócio:	Questão Indígena: Relato de vivência e violência dos indígenas
Relato de vivência e violência de Comunidade Impactada	Facilitador: CIMI
Facilitador: Luã Oliveira - NEAST	21:20 - Fila do Povo
16:20 - Conflitos por Água:	22:00 - Encerramento
Relato de vivência e violência de Atingidos por Barragem	
Facilitador: MAB	
17:00 - Fila do Povo	
17:30 - Encerramento	

REALIZAÇÃO:

CPT - Comissão Pastoral da Terra
 ADUFMAT - Associação dos Docentes da Universidade Federal de Mato Grosso
 AGB - Associação dos Geógrafos Brasileiros
 CIMI - Conselho Indigenista Missionário
 FDHT - Fórum de Direitos Humanos e da Terra
 IC - Instituto Caracol
 FORMAD - Fórum Mato-grossense de Meio Ambiente e Desenvolvimento
 GPEA - Grupo Pesquisador em Educação Ambiental Comunicação e Arte/UFMT
 MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
 NEAST - Núcleo de Pesquisa em Estudos Ambientais e Saúde do Trabalhador/UFMT



SEMANA DO TRABALHO 2017

A GENTE NÃO QUER SÓ COMIDA

SEGUNDA-FEIRA | 15 DE MAIO

19h - ABERTURA
Sirelei Márcia de Oliveira, diretora da Escola DIEESE

19h30 - A MORADIA E O DIREITO À CIDADANIA: DESAFIOS
Raquel Rolnik, professora da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP

TERÇA-FEIRA | 16 DE MAIO

19h - ARTE UTIL: OBSERVAR E ABSORVER
Eduardo Marinho, artista plástico e filósofo das ruas

20h30 - COMUNICAÇÃO COLABORATIVA: COMO FAZER, SE EMPODERAR E MUDAR O RUMO DAS COISAS
Rafael Alberico, Escola de Inovação Coletiva e; Paula Bomfati, Revista Viração

QUARTA-FEIRA | 17 DE MAIO

19h - NARRATIVA DOS 35 ANOS DA COMISSÃO DE FÁBRICA DA FORD ABC
Mário Salerno, professor de Engenharia da USP; Alberto Eulálio (Belião) e João Ferreira Passos (Bagaço), membros da Comissão de Fábrica da Ford ABC e pesquisadores do projeto do livro *A História de Luta dos Trabalhadores na Ford ABC*

QUINTA-FEIRA | 18 DE MAIO

19h - SONHO E CRIAÇÃO: ELEMENTOS EROTICOS DA POLÍTICA
Tales Ab'Sáber, psicanalista e membro do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae

SEXTA-FEIRA | 19 DE MAIO

19h - SARAU MUSICAL: CULTURAL: A GENTE NÃO QUER SÓ COMIDA, A GENTE QUER FESTA E MUITA ALEGRIA
Encerramento organizado pelos alunos da Escola DIEESE

Data: 15 a 19 de maio
Horário: a partir das 19h
Local: Auditório da Escola DIEESE de Ciências do Trabalho
Rua Aurora, 957, Centro - São Paulo/SP
(próximo ao Metrô República, saída pela rua do Arouche)



ESCOLA DIEESE
DE CIÊNCIAS DO TRABALHO

Mais informações
contato@escola.dieese.org.br
(11) 3821-2150 e 3821-2155

INSCRIÇÕES ABERTAS
WWW.DOITY.COM.BR/3ENDC



Inscreva-se: <https://www.doity.com.br/3endc#registration>

Encontro do Coletivo Nacional de Juventude

06, 07 e 08 de junho de 2017
Cooperinca
Cajamar - SP

Participantes

Estaduais da CUT, Confederações e Federações Nacionais Orgânicas e Filiadas

Inscrições

Por meio de ficha encaminhada às entidades
Informações: juventude@cut.org.br



IV ENCONTRO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO E MOVIMENTOS SOCIAIS

4º Encontro Ministério Público e Movimentos Sociais, de 5 a 9 de junho, na sede no Conselho Nacional do Ministério Público, em Brasília.

O evento tem o objetivo de fomentar o debate aberto, transparente e colaborativo sobre a missão constitucional do Ministério Público na efetivação dos direitos fundamentais e será realizado em cinco dias, sempre das 10 às 17 horas.

Programação resumida:

Dia 5 (segunda-feira) - Direitos da pessoa com deficiência e idosos;
Dia 6 (terça-feira) - Combate ao racismo, igualdade de gênero, direitos LGBT e Estado laico;
Dia 7 (quarta-feira) - Gestão democrática nas escolas;
Dia 8 (quinta-feira) - Direito à saúde;
Dia 9 (sexta-feira) - Combate à corrupção.

Para participar, pedimos, por gentileza, que preencha o [formulário de inscrição](https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSftYxrN6h0YGf-VGZul0YJNCyGHITtodJdzjJQq8ecyga7bwq/viewform?c=0&w=1):
<https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSftYxrN6h0YGf-VGZul0YJNCyGHITtodJdzjJQq8ecyga7bwq/viewform?c=0&w=1>.

Mais informações no site do CNMP: www.cnmp.mp.br.

AGENDA DAS CONFERÊNCIAS ESTADUAIS DE SAÚDE DAS MULHERES

ACRE - 19 A 20 DE JUNHO
AMAPÁ - 27 A 29 DE JUNHO
AMAZONAS - 12 A 13 DE JULHO
ALAGOAS - 05 A 06 DE JULHO
BAHIA - 27 A 29 DE JUNHO
CEARÁ - 28 E 29 DE JUNHO
DISTRITO FEDERAL - 30/06 E 01/07
ESPÍRITO SANTO - 06 E 07 DE JUNHO
GOIÁS - 28 A 29 DE JUNHO
MARANHÃO - 08 A 09 DE JUNHO
MATO GROSSO - 26 A 28 DE MAIO
MATO GROSSO DO SUL - 10 A 12 DE JULHO
MINAS GERAIS - 05 A 07 DE JULHO
PARÁ - 19 E 20 DE JUNHO

PARAÍBA - 19 A 20 DE JUNHO
PARANÁ - 13 DE JUNHO
PERNAMBUCO - 14 A 16 DE JUNHO
PIAUÍ - 19 E 20 DE JUNHO
RIO DE JANEIRO - 10 DE JUNHO
RIO GRANDE DO NORTE - 12 A 14 DE JUNHO
RIO GRANDE DO SUL - 09 A 11 DE JUNHO
RORAIMA - 07 A 09 DE JUNHO
RONDÔNIA - 20 A 22 DE JUNHO
SANTA CATARINA - 13 E 14 DE JUNHO
SÃO PAULO - 06 A 08 DE JUNHO
SERGIPE - 20 DE JUNHO
TOCANTINS - 13 E 14 DE JUNHO



BOLETIM inFORMATIVO

EXECUTIVA

Cleiton Silva
Presidente

Sebastião Tavares
Vice-presidente

Sonia Rocha
Secretária-geral

Conceição Costa
Secretaria de Finanças

José Avelino
Secretário de Assuntos Jurídicos

Clever Bonfim
Secretário de Organização do Ramo Financeiro

Jacy Afonso
Secretário de Formação Sindical

Sérgio Trindade
Secretário de Imprensa

Arílson Silva
Secretário de Relações e Políticas Sindicais

Márcio Saldanha
Secretário de Relações Institucionais

Juliano Braga
Secretário de Saúde e Condições de Trabalho

Carlos Longo
Secretário de Política de Igualdade

Neide Rodrigues
Secretária de Bancos Privados

André Nepomuceno
Secretário de Bancos Públicos

Edson Gomes
Secretário de Política Socioambiental

José Pinheiro
Secretário de Cooperativas de Crédito

Maria Aparecida
Secretária da Mulher

Edmar Batistela
Secretário da Juventude

Manoel Parreira
Secretário de Combate ao Racismo

TUXAUA

SECRETARIA DE FORMAÇÃO

O que é Tuxaua?

Tuxaua é um termo indígena cujo significado varia conforme a tribo. Entre os *sateré-mawé*, por exemplo, o grau de influência política de um tuxaua oscila segundo inúmeros critérios, como seu conhecimento sobre o tempo dos antigos (história e mitologia de sua gente), sua capacidade como orador, seu grau de generosidade, sua habilidade para conduzir os problemas internos de sua comunidade e a tônica de suas relações com os agentes da sociedade, como patrões e políticos locais.

Tuxaua, também é sinônimo daquele que observa, articula, fomenta e motiva as capacidades pessoais e coletivas de seu povo.

A liderança do Tuxaua se caracteriza pela forma consensual como é exercida. É antes de tudo um articulador das intenções do grupo e coordenador das atividades. Portanto, tem que conviver e administrar as outras instâncias de liderança que coexistem em seu espaço de vida e atuação. É, então, o articulador e mobilizador das pessoas as quais lidera e representa.

Tuxaua foi escolhido como nome deste Boletim para homenagear a população indígena, presente e representativa no Centro-norte do Brasil e que tanto tem a nos ensinar sobre organização, respeito mútuo, liderança e articulação de ações.

O Boletim tem por objetivo estimular o debate, socializar informações e agendas, especialmente as de formação, dos sindicatos filiados à FETEC-CN/CUT.

Boletim InFormativo da Secretaria de Formação FETEC-CUT/Centro Norte

Avenida Historiador Rubens de Mendonça, 2254, Ed. American Center. Sala 1209 – Bairro Jardim
Aclimação – Cuiabá – MT
Fone: (65) 3363 6600

E-mail: tuxaua@feteccn.com.br

